

CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO: impactos sobre a terra e o trabalho rural no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

NATÁLIA LORENA CAMPOS¹

ANDRÉZA GOMES DE SOUZA²

JOÃO CLEPS JUNIOR³

RESUMO

Desde os anos 1990, o setor sucroalcooleiro vem ganhando importância e destaque na produção de agrocombustíveis, gerando expansão da atividade canieira em novas áreas do Centro-Sul do Brasil, atingindo Minas Gerais. Para compreender essa nova dinâmica agrícola, foi selecionada como área de estudo a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O objetivo das pesquisas foi compreender essa expansão a partir do processo de incentivos para a instalação de unidades sucroalcooleiras no estado, que gerou o crescimento da produção de agrocombustíveis sobre terras da agricultura familiar, migrações de mão de obra e mudanças na vida local. Para alcançar esses objetivos, foram utilizados referenciais teóricos e dados relacionados ao setor sucroalcooleiro e realização de pesquisas de campo que tornaram possível verificar as representações patronais e agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária. Os resultados ressaltam que a crescente expansão do setor sucroalcooleiro é uma atividade rentável e concentradora de renda e terras para os grandes produtores e proprietários de usinas e prejudicial ao agricultor camponês gerando conflitos sociais e impactos na produção alimentar e um processo de trabalho degradante nas atividades de corte da cana.

Palavras-chave: Setor sucroalcooleiro; Agrocombustíveis; Cana-de-açúcar; Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba.

ABSTRACT

Since 1990, the sugar-alcohol sector has gained importance and prominence in the agrofuels production generating sugar cane cultivation expansion in Brazilian South-Central new areas, reaching Minas Gerais. To understand this new dynamic farm was selected as the study area the middle region of Triangulo Mineiro / Alto Paranaíba. The

¹ Bolsista IC-CNPq. Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NEAT e do Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA do Instituto de Geografia. Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1H-02 – CEP: 38400-902. Uberlândia – MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4169. natizinhacampos@yahoo.com.br

² Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Ex-bolsista PIBIC-CNPq-UFU e membro do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NEAT. Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1H-02 – CEP: 38400-902. Uberlândia – MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4169. andrezgeo@yahoo.com.br

³ Orientador. Professor do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1H-02 – CEP: 38400-902. Uberlândia – MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4169. jcleps@ufu.br

work's aim is understanding that expansion from the incentives process to sugar-alcohol units installation on estate, generating the agrofuels growth production about family farming land, the labor force migration and local life's changes. To achieve these objectives, we used the theoretical framework and data related to the sugarcane sector and conducting field research with the representation of employers and farmers settled in agrarian reform projects. As a results, stands out that growing sugar-alcohol sector expansion is a profitable business and concentrates wealth and land for big producers and plants owners and detrimental to the small farmer in addition to social conflicts generate, family farming impacts and a work degrading process for the cutters cane.

Key-words: Sugar-Alcohol sector; Agrofuels; Sugar cane; Triangulo Mineiro/High Paranaiba.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra o projeto “Questão Agrária e Territorialização do Agronegócio em Minas Gerais” e consiste numa proposta que visa dar continuidade ao projeto de PIBIC apoiado pelo CNPq nos anos de 2008-2009, o qual objetiva estudar o processo de expansão da produção da cana-de-açúcar na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A presença das unidades agroindustriais sucroalcooleiras no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba impulsionou o crescimento da produção de agrocombustíveis de modo que demandou uma quantidade expressiva de terras e de mão de obra nos últimos anos.

A territorialização da produção sucroalcooleira tem como mecanismo básico a prática do arrendamento de terras e a aquisição de áreas pelas usinas, medidas que visam a assegurar o fornecimento da cana-de-açúcar e, ao mesmo tempo, intensificam a concentração de capital em poder de poucos empresários do setor. Por sua vez, este processo abarca áreas de pastagens e pode envolver áreas de cultivo tradicionais.

A expansão da produção e da indústria da cana-de-açúcar vem provocando mais efeitos negativos nas suas dimensões sociais, econômicas e ambientais, tais como: a expulsão dos trabalhadores do campo, migrações, violações de direitos trabalhistas, concentração fundiária, além da destruição de recursos naturais. É importante sempre questionar se a opção por investimentos direcionados ao setor agroindustrial canavieiro, que almeja instituir uma nova matriz energética e impulsionar o Brasil como grande produtor mundial, conciliará o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental

que garanta a qualidade de vida das populações rurais. Neste processo, é importante considerar, como elemento das discussões da pesquisa, a questão agrária que envolve o arrendamento de terras de assentamentos rurais para a monocultura da cana-de-açúcar. Apresentamos o exemplo do P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho onde alguns assentados arrendaram suas terras.

De acordo com os resultados da pesquisa, a produção de etanol em escala industrial levanta questões sobre os riscos que a ampliação das plantações de cana pode trazer para outras culturas agrícolas, para a pecuária e mesmo para importantes biomas brasileiros, como é o caso do Cerrado.

2. METODOLOGIA

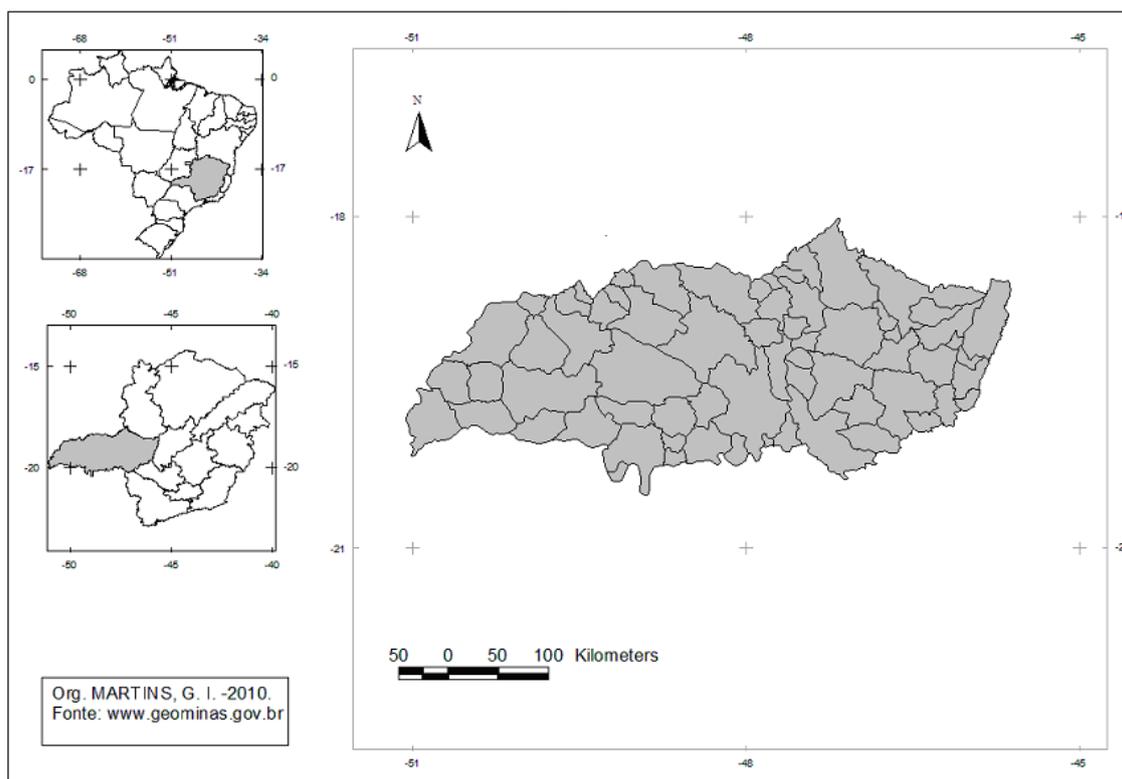
A metodologia de pesquisa teve como finalidade compreender os desdobramentos da territorialização do setor sucroalcooleiro em Minas Gerais, sobretudo na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Neste sentido, os procedimentos metodológicos encontram-se organizados conforme as seguintes fases: Na primeira parte da pesquisa realizou-se a leitura de autores e de conceitos fundamentais dos principais temas propostos para estudo, tais como: território, territorialização, reforma agrária, concentração fundiária, valorização de terras, arrendamento, produção de agrocombustíveis dentre outros. A segunda parte consistiu numa leitura e interpretação de dados estatísticos que comprovam a veracidade das informações contidas no trabalho e de consultas em fontes de dados secundários.

Por fim, foram realizadas as apreciações e reflexões referentes aos dados levantados, os quais compreendidos sob a ótica do referencial teórico resultaram neste trabalho.

2.1. Delimitação da Área de Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, adotou-se a delimitação regional elaborada pelo IBGE (1990), da Mesorregião Geográfica “Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba” (Mapa 01), composta pelas 7 microrregiões (MRGs 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23) a saber: Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá. A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui 66 municípios (2005). Esta

divisão coincide também com as *Regiões de Planejamento Triângulo* (RP 4 – 35 municípios) e *Alto Paranaíba* (RP 5 – 31 municípios) elaborada pela Fundação João Pinheiro, do Governo de Minas Gerais (2000). Para fins de pesquisa empírica, a delimitação espacial compreendeu basicamente as Microrregiões Geográficas de Frutal, Ituiutaba e Uberaba.



Mapa 1 - Localização da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

2.2. Levantamento e Fonte de Dados

Como referência de fontes secundárias para os estudos e análises comparativas sobre a evolução da produção de cana-de-açúcar no Brasil, bem como no estado de Minas Gerais, realizou-se levantamentos de dados junto aos órgãos oficiais como o Instituto de Pesquisa Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como fontes primárias foram utilizadas informações obtidas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs de Campo Florido, Conceição das Alagoas, Iturama, Pirajuba e Uberaba. Como fontes secundárias e indiretas foram consultados dados da produção e emprego do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Minas Gerais – SIAMIG; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade - AFES; Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

Automotores - ANFAVEA; Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool de São Paulo - CONSECANA; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA; União dos Produtores de Bioenergia - UDOP entre outras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A expansão da monocultura canavieira em Minas Gerais e na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A produção canavieira foi uma das primeiras atividades produtivas e econômicas no Brasil desde o início da colonização e ainda configura-se como uma atividade de grande importância no cenário econômico nacional, sendo o Brasil o maior produtor de cana-de-açúcar no mundo. Essa monocultura primeiramente foi destinada à produção de açúcar, o principal produto de exportação nos séculos XVI e XVII. A força de trabalho era escrava e só depois passou a ser assalariada. A forma de inserção da cana no Brasil revela um caráter concentrador de terras que até hoje é motivo de inúmeros conflitos no campo.

Em 1875, surgiram os engenhos centrais como forma de solucionar o declínio da produção e a má qualidade do açúcar através da modernização das lavouras. O processo de modernização das lavouras estendeu-se de 1870 a 1930, conforme aponta Ramos (1991). Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve uma escassez dos derivados de petróleo e uma valorização da produção do álcool.

A década de 1950 foi marcada pela expansão da agroindústria canavieira, sobretudo em São Paulo, ocupando terras anteriormente destinadas ao cultivo do café, mantendo a estrutura fundiária vigente e, aos poucos, reforçando sua concentração. A partir desta década, o estado de São Paulo tornou-se o maior produtor de açúcar do país e, pela primeira vez desde o período colonial, Pernambuco perdeu a sua primazia. (SANTOS, 2009, p. 110).

A partir da década de 1970, com a utilização do álcool como combustível alternativo, houve uma necessidade de expandir as áreas de cultivo da cana inserindo Minas Gerais na nova área de expansão. Não podemos deixar de ressaltar que as condições favoráveis de clima e solo da região também contribuíram para o aumento do cultivo da cana.

Com a Revolução Verde na década de 1970, teve início o processo de ocupação das áreas de cerrado na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A produção de cana-de-açúcar ainda não era tão expressiva no estado de Minas Gerais como em São Paulo e posteriormente no Paraná. Nessa época surgiram as primeiras unidades sucroalcooleiras no estado.

Segundo dados da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – UNICA, a produção de cana-de-açúcar aumentou na região Centro-Sul e diminuiu na região Nordeste na década de 1990. Foi nesse mesmo período que Minas Gerais alcançou um crescimento na produção da cana, principalmente, nas Mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/ Sudoeste de Minas.

O setor sucroalcooleiro de Minas Gerais tem recebido inúmeros investimentos de diversas regiões do país, acelerando sua expansão nos últimos anos. Minas Gerais tornou-se o segundo estado maior produtor de cana-de-açúcar do país, ultrapassando o Paraná e perdendo apenas para São Paulo⁴. A moagem de cana no estado atingiu, até a primeira quinzena de fevereiro de 2010, mais de 50 milhões de toneladas, mostrando um crescimento de 18% em relação à produção da safra de 2008/2009. A região do Triângulo Mineiro lidera a produção estadual. Além das condições climáticas favoráveis é uma região estratégica por sua localização próxima dos grandes centros do país como São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

De acordo com o Portal Rede Energia, Minas Gerais receberá, até 2013, 56 novas usinas de álcool, 36 delas serão implantadas até 2009. Segundo Carvalho (2009), até o ano de 2007 foram registradas 30 unidades sucroalcooleiras em Minas Gerais, sendo 16 no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 3 no Sul/ Sudoeste de Minas, 3 no Noroeste de Minas, 2 no Vale do Mucuri, 2 na Zona da Mata, 2 na Central Mineira, 1 no Oeste de Minas e 1 no Norte de Minas. Em 2010, já são registradas 58 unidades sucroalcooleiras em Minas Gerais, sendo 37 no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, número que ultrapassa a quantidade de usinas em Minas Gerais no ano de 2007. Isso

⁴ Dados do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Minas Gerais.

mostra o dinamismo desse setor no país, que possui um alto grau de crescimento num curto espaço de tempo. No gráfico seguinte, é possível perceber como as unidades agroindustriais canavieiras estão distribuídas no estado de Minas Gerais, por mesorregião em 2010.

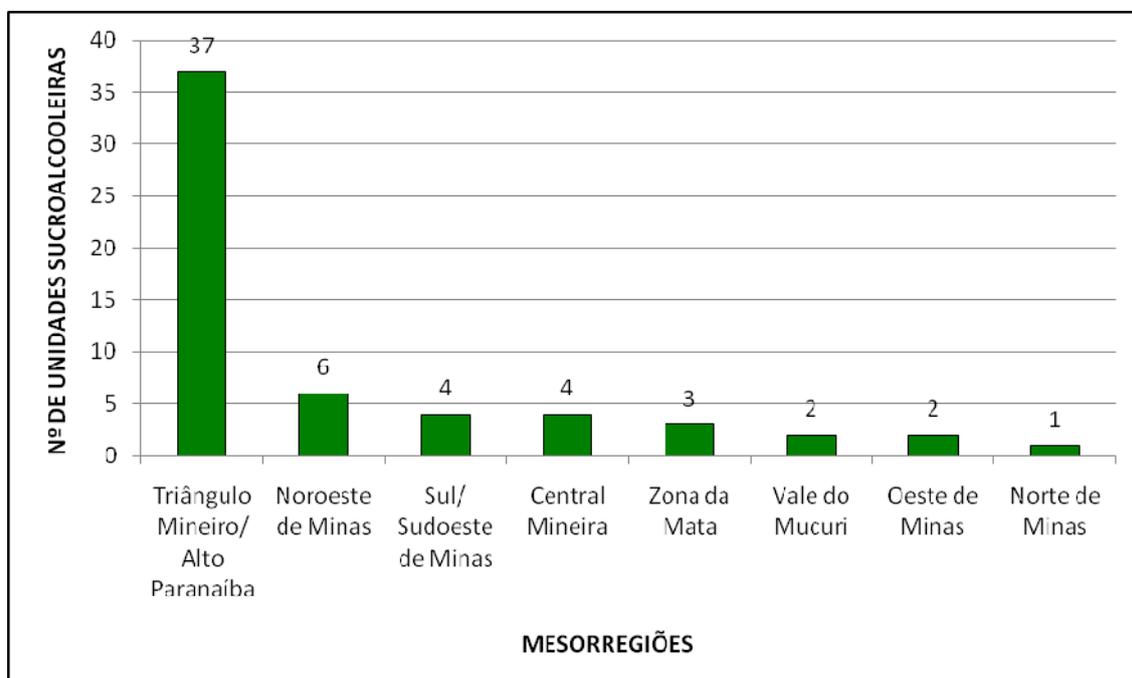


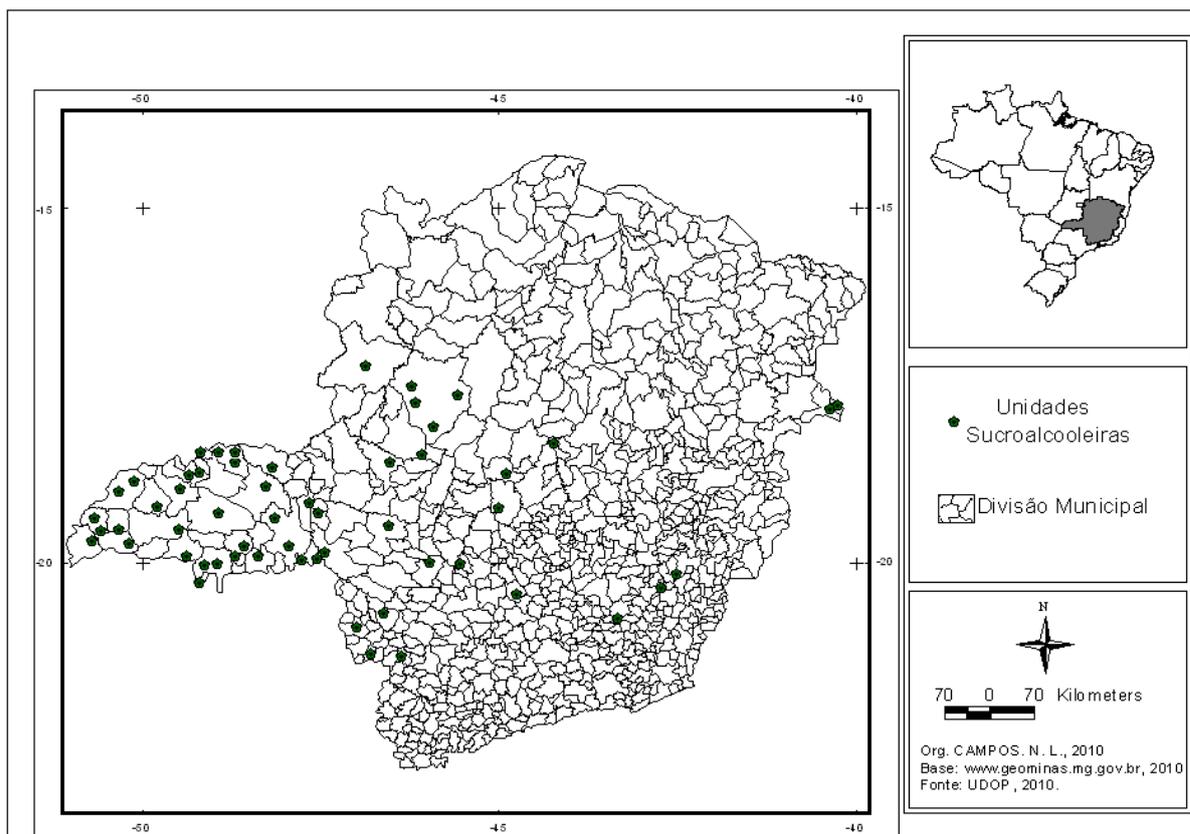
Gráfico 1 – Unidades Sucroalcooleiras em Minas Gerais por mesorregião em 2010.

Fonte: UDOP, 2010.

Org: CAMPOS, N. L., 2010.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba representa cerca de 63,7% de todas as unidades do estado, enquanto a região Noroeste de Minas, segunda colocada no ranking em unidades sucroalcooleiras, representa apenas 10,3% dessas unidades, seguidas da região Sul/ Sudoeste de Minas e Central Mineira com 6,8% cada, 5,1% na Zona da Mata e 3,4% no Vale do Mucuri e Oeste de Minas.

No mapa seguinte, temos a distribuição dessas unidades sucroalcooleiras no estado de Minas Gerais, em 2010.



Mapa 2: Localização das Usinas em atividade em Minas Gerais, 2010.

De acordo com o mapa, é possível observar a concentração das usinas na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, poucas unidades na região central do Estado e ausência das mesmas no Norte e no extremo Sul de Minas Gerais. De acordo com os dados atualizados da União dos Produtores de Bioenergia – UDOP, não aparece a unidade sucroalcooleira no Norte de Minas como apontou Carvalho (2009). É possível que essa unidade tenha sido desativada ou ainda seja um projeto de implantação.

A seguir, são apresentadas as unidades agroindustriais em atividade e a serem instaladas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o grupo/holding que controla essas unidades.

Município	Razão Social	Grupo/Holding
Araguari	Usina Araguari LTDA *	Concrenor Ind. Com. Participações LTDA.
Araporã	Alvorada Açúcar e Álcool LTDA	Unid. Cooperada da Copersugar S.A. e Produbar Particip. S.A
Campina Verde	Campina Verde Bioenergia LTDA	CNAA- Comp. Nac. de Açúcar e Álcool, Carlyle/Riverstone, DiMaio Capital, Global Foods, Goldman Sachs, Discovery Capital.
Campo Florido	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Tércio Wanderley

Canápolis	Laginha Agro Industrial S.A. - Unidade Triálcool	João Lyra
Canápolis	DAMFI - Destilaria Antônio Monti Filho Ltda	Antônio Monti Filho LTDA
Capinópolis	Laginha Agro Industrial S.A. - Unid. Vale do Paranaíba	João Lyra
Capinópolis	Transcap Álcool e Açúcar S.A.*	Transcap
Carneirinho	S.A. Carneirinho Agroindustrial *	Tércio Wanderley
Centralina	AGROENERG das Minas Gerais LTDA*	Roberto Rodrigues Alves
Conceição das Alagoas	Usina Caeté S.A. Unidade Volta Grande	Carlos Lyra
Conquista	Usina Mendonça Agro Industrial e Comercial LTDA	Grupo Mendonça
Delta	Usina Caeté S.A. Unidade Delta	Carlos Lyra
Fronreira	Vale do Ivaí S.A. - Açúcar e Álcool	Vale do Ivaí Cana - Agropecuária
Frutal	Usina Frutal Açúcar e Álcool S.A.	Moema/Bunge
Frutal	Usina Cerradão LTDA	J.P. Queiróz/ Pitangueiras
Guarinhatã	Usina Guarinhatã FLE Empreendimentos LTDA*	FLE Empreendimentos LTDA
Ibiá	Destilaria Planalto LTDA	Carolo Bortolo
Itapagipe	Usina Itapagipe - Açúcar e Álcool LTDA	Moema/Bunge
Ituiutaba	Ituiutaba Bioenergia LTDA	Holding- CNAA, Stª Elisa-Louis Dreyfus Global Foods, Carlyle-Riverstone
Iturama	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.	Tércio Wanderley
Limeira do Oeste	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.	Tércio Wanderley
Limeira do Oeste	Cabrera Central Energética Açúcar e Álcool LTDA	Cabrera/ ADM
Monte Alegre	CEMAN- Central Energética Monte Alegre de Minas*	Maubisa
Nova Ponte	Agroindustrial Nova Ponte LTDA*	Bunge
Pirajuba	U.S.A.- Usina Santo Ângelo LTDA	Santo Ângelo
Prata	Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda - Da Prata*	Zanin
Santa Juliana	Agroindustrial de Santa Juliana S.A.*	Bunge
Santa Vitória	Companhia Energética Vale do São Simão	Andrade
Santa Vitória	Santa Vitória Açúcar e Álcool S.A.*	Crystalsev - Dow Chemical
Tupaciguara	Bioenergética Aroeira LTDA*	Maurílio Biagi, Maubisa, José Rubens Bevilaquia, Saci e Perplan.
Uberaba	Usina Uberaba S.A.*	Balbo
Uberaba	Cia Energética de Açúcar e Álcool Vale do Tijuco LTDA	Antonio Kandir, Banco Pactual
Uberlândia	Cia Energética de Açúcar e Álcool do Triângulo Mineiro LTDA*	Emerson Fittipaldi
Uberlândia	Usina Nova Energia Açúcar e Álcool S.A.*	Banco BVA, E F Marketing, JB Agropecuária
União de Minas	União de Minas Agroindustrial Açúcar e Álcool *	Tércio Wanderley
Veríssimo	CEV - Central Energética de Veríssimo LTDA*	Santo Ângelo

Quadro 1: Usinas em atividade e projetadas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Fonte: UDOP e Siamg (2010)

*Unidades projetadas e em implantação. (2010)

Org: SOUZA, A. G. (2010).

O estado de São Paulo, maior produtor de cana-de-açúcar do país possui cerca de 205 unidades sucroalcooleiras distribuídas em todo seu território. É também o estado da região Centro-Sul que possui maior participação nos índices de produção de açúcar e etanol, o que faz com que o índice mineiro represente uma pequena quantidade se comparado com Brasil e Centro-Sul, conforme tabela e gráfico seguintes:

SAFRA	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
BRASIL	10.593.035	11.536.034	12.623.225	14.808.705	15.416.668	15.946.994	17.719.209	22.526.824	27.512.962
CENTRO-SUL	9.064.364	10.176.290	11.152.084	13.068.637	13.591.355	14.352.542	16.006.345	20.333.466	25.101.963
MINAS GERAIS	485.063	524.441	635.816	799.252	803.575	958.902	1.291.445	1.774.988	2.167.616

Tabela 1: Produção de Cana-de-açúcar (ton.) por safra.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: CAMPOS, N. L.

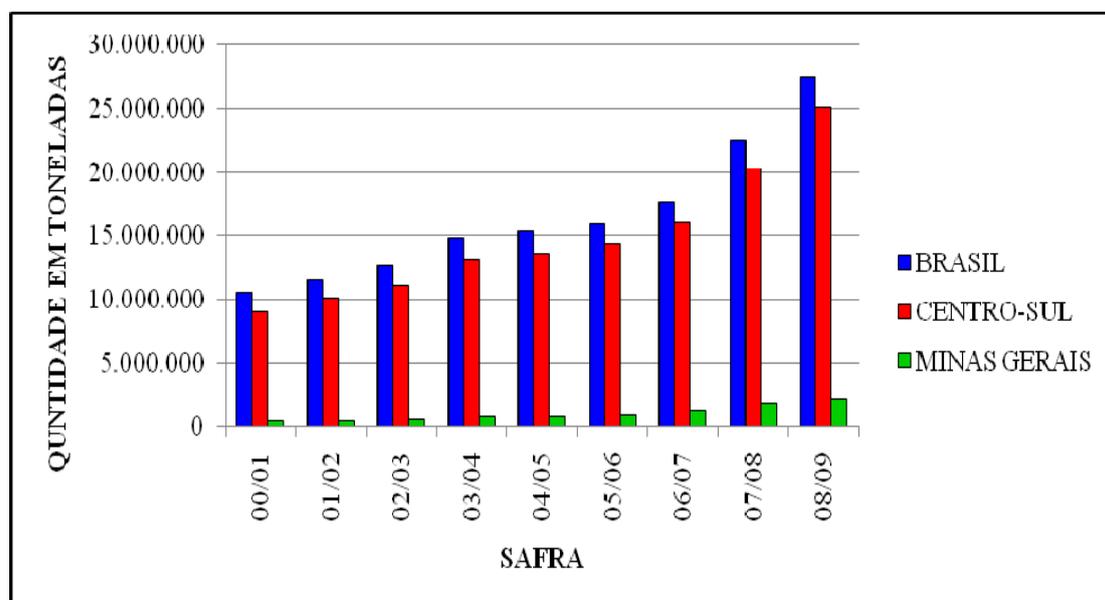


Gráfico 2: Produção de Cana-de-açúcar (ton.) por safra.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: CAMPOS, N. L.

Analisando o gráfico, é possível perceber a significativa importância da região Centro-Sul na produção de cana-de-açúcar do país. A produção do Centro-Sul é quase equivalente à produção do Brasil, e Minas Gerais possui uma pequena parcela nessa produção, que tende a crescer a cada ano/safra, conforme observado no gráfico.

No processo evolutivo do setor agroindustrial canavieiro, ocorreram momentos de queda na área plantada de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, período que se estende de 1990 a 1996, influenciado pelo enfraquecimento

do Programa Brasileiro de Álcool (Proálcool). A estagnação da produção de álcool no Brasil, neste período, ocorreu em função da desativação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR) em 1990, considerado o principal órgão de pesquisa sobre a cana-de-açúcar do país.

Em meio a esse cenário de crise do abastecimento ocorrem, ainda, discordâncias entre o Governo Collor e a indústria automobilística, que desencadearam a perda de crédito do mercado em relação à produção de álcool brasileira. Já nos anos iniciais da década de 2000, há um reaquecimento do setor sucroalcooleiro que também, atrelado a questões políticas, demandou maiores extensões de áreas para a monocultura e o envolvimento de novas regiões neste processo de produção canavieira.

Neste sentido, verifica-se a partir 2000, conforme a tabela 2, que houve um aumento progressivo em relação à área plantada destinada ao cultivo da cana em função dos projetos federais que visam à adoção do etanol como combustível alternativo, aliados às parcerias efetuadas com outros países para sua exportação e, sobretudo, devido à instalação de novas unidades agroindustriais na mesorregião.

Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	126.500	132.381	118.636	141.798	165.352	176.791	251.920	290.237	381.804	467.258

Tabela 2: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Avanço da área Plantada de cana-de-açúcar - 2000 a 2009 (em ha.).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) - Produção Agrícola Municipal, 2009.
Org: SOUZA, A. G., 2009

A partir do início da década de 2000, ocorreu uma elevação no preço dos combustíveis fósseis aliados ao maior pressionamento dos ambientalistas para minimizar as emissões de gases de efeito estufa. Além disso, houve uma maior flexibilidade para a expansão da produção de etanol, tanto para consumo interno quanto para exportação. Outro fator atuante na configuração deste cenário, diz respeito à ampliação da produção de veículos movidos a biocombustíveis, especialmente a partir do ano de 2003. Somente nesse ano, ocorreu um crescimento de 49,0 % de automóveis a álcool, sendo que a frota de veículos biocombustíveis teve produção acrescida de 117%, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA.

Assim, compreende-se que houve circunstâncias favoráveis à expansão da produção canavieira, que envolve dimensões econômicas, políticas e também ambientais.

3.2. A territorialização da produção agroindustrial canavieira

Como categoria de estudo foi utilizada o território para análise da expansão da monocultura canavieira na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A adoção do conceito de território justifica-se por sua prerrogativa de integração das relações de poder e hegemonização de uma fração espacial, tendo como referência o domínio exercido pelas empresas agroindustriais canavieiras que visam novos mercados, a fim de reproduzir seu capital. Neste sentido, a abordagem territorial oferece possibilidades para entender os conflitos de interesses surgidos e presentes nas relações sociais envolvidas neste processo de reprodução do capital.

Nos estudos realizados acerca da categoria território, predominam análises da esfera econômica e social, o idealizando como uma integração geográfica numa concepção de ambiente físico, sob controle do Estado. Essa definição da categoria desconsidera, muitas vezes, os conflitos existentes dentro do território brasileiro ignorando o fato de que cada grupo e segmento social (pequenos produtores, trabalhadores rurais, agricultores familiares) configuram um território próprio, com suas particularidades e interesses de reprodução social.

Assim, compreende-se que:

O território vem-a-ser, acontece em sua unidade interna e externa, numa relação entre sujeitos historicamente condicionados. O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade. (SAQUET, 2007, p.163).

Por esta razão, tem-se uma concorrência pela dominação do território, já que se trata de disputas entre sujeitos (empresários do agronegócio e agricultores familiares): O grande capital (representado pelo agronegócio canavieiro) aparelha seu território para fins de produção de mercadorias e excedentes, apresentando uma paisagem homogênea, presença do trabalho assalariado - substituído gradativamente pelo trabalho mecanizado - utilização de agrotóxico e incentivo do estado por meio de criação de políticas; já os

agricultores familiares estabelecem prioridades que garantam sua sobrevivência, com práticas diversificadas na policultura que somadas resultam numa paisagem heterogênea. Fundamenta-se, na produção sustentável, ausência de agrotóxicos e no trabalho familiar. Ambos os modelos de desenvolvimento rurais concorrem pela apropriação do território e, no interior desta dinâmica, configuram o espaço geográfico produzindo outros territórios.

Cabe ressaltar que as propriedades inerentes à categoria território - a multidimensionalidade, a multiescalaridade, a totalidade e a soberania - não são consideradas pelas representações de poder e do Estado, porque evidenciam a importância da democracia nas medidas e decisões públicas, e isso significaria admitir a existência dos territórios das múltiplas classes presentes na sociedade.

Isso porque, a multidimensionalidade dos territórios se completa com a integração da dimensão política com as dimensões ambiental, cultural e social. Já a multiescalaridade refere-se às múltiplas escalas territoriais possíveis: território de um país, estado, de uma propriedade, de influência de uma empresa etc; concebendo que cada território constitui uma totalidade. Em concordância com Fernandes (2008), para entender esses conflitos de interesses, é importante considerar os níveis e as escalas territoriais.

O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja, os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. (...) A partir dessa tipologia, pode-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. (FERNANDES, 2008, p.281).

Mesmo que a tipologia e os estudos possibilitem uma leitura sobre a disputa de territórios, entende-se também que os interesses do capital predominam, por motivos evidentes: seus representantes buscam sua própria organização (UDR, UNICA, UDOP), o que garante o fortalecimento de seu poder e expansão para outros territórios. Além disso, o processo de territorialização do capital agroindustrial canavieiro está amparado pela ideologia do desenvolvimento econômico, no aumento da oferta de empregos para o campo e para a cidade, um discurso construído com o auxílio do Estado brasileiro.

Nesse sentido, outros territórios são envolvidos pela territorialização do capital, por meio do arrendamento de terras para a monocultura canavieira em áreas de assentamento ou mesmo, pela substituição de culturas tradicionais pela monocultura.

Para Haesbert (2003), o território caracteriza-se a partir da atuação dos sujeitos detentores do poder, pelos controladores dos espaços e pela dinâmica social que o constitui. De tal modo, o território articulado às relações de dominação e à apropriação do espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum*, que perpassa a dominação (político/econômica) até as mais subjetivas (cultural/simbólica). Ainda que não seja apropriada esta separação de esferas, cada instituição, classe ou grupo tem a possibilidade de territorializar-se pelos caminhos mais funcionais ou mais simbólicos, nas relações que desenvolvem com seus espaços e sujeitos, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo.

Pode-se afirmar que a territorialização do capital agroindustrial canavieiro promove uma imagem desenvolvimentista para o Estado, contudo, oculta questões estruturais do modelo econômico, como a concentração fundiária, os conflitos dos movimentos sem-terra e desestabiliza os cultivos tradicionais. Constata-se que o planejamento para o campo deve pautar-se no aproveitamento apropriado das potencialidades da agricultura, uma vez que não há uma política de abordagem territorial efetiva capaz de abarcar a heterogeneidade de sujeitos e a variedade de territórios contidos no meio rural.

Os embates que ocorrem no campo brasileiro derivam-se das alterações impostas pelo modelo de agricultura modernizada em sua base técnica, que visou ao aumento da produtividade e à redução de custos com a produção. Este processo confirma como o campo é um ambiente privilegiado para a reprodução do capital, que segue marginalizando e submetendo o campesinato e a frente trabalhadora, moldando-os conforme seus interesses.

Alia-se a estes interesses, a presença de políticas neoliberais que promoveram o aumento do poder do capital em detrimento do poder dos estados nacionais, que mesmo reduzidos garantem o cumprimento dos projetos expansionistas mantenedores do poder. Em Minas Gerais, o poder do setor agroindustrial canavieiro vem sendo representado por grupos econômicos nordestinos, paulistas e apresentam uma tendência de investimentos internacionais, principalmente nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás.

3.3. Processos migratórios e trabalho degradante na produção de agrocombustível

Na região Centro-Sul, principalmente, no estado de São Paulo, a maioria dos trabalhadores no corte da cana é formado por migrantes. Esses migrantes, no início da produção canavieira, vinham da região Centro-Sul do país para trabalhar, pois havia ausência de mão-de-obra especializada e a cultura da cana-de-açúcar teve seu início na região Nordeste do país. A partir da década de 1950, a produção canavieira expandiu-se para as outras regiões do país, sendo a região Centro-Sul a que mais recebeu o avanço da cultura da cana, principalmente, o estado de São Paulo. O município de Ribeirão Preto obteve grande sucesso nesse processo, seguido do Paraná, que também possui grandes áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar.

A partir de 1990, essa expansão se agravou ainda mais no Centro-Sul, fazendo com que a mão-de-obra invertesse, passando a região Nordeste agora a ser a principal fornecedora de mão-de-obra para o Centro-Sul, conforme o mapa seguinte:



Mapa 2: Fluxo da mão-de-obra para a indústria canavieira no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba.

Fonte: Diagnóstico de Impactos de grandes projetos em Direitos Humanos, Uberlândia, 2009.

Em Minas Gerais, além da mão-de-obra ser proveniente da região Nordeste, ela também é proveniente do Vale do Jequitinhonha, considerada a região mais pobre do estado e que integra o Polígono das Secas. A região fornece mão-de-obra principalmente para o estado de São Paulo (entre 70 e 80 mil trabalhadores por ano), mais especificamente nas lavouras do município de Ribeirão Preto.

Os trabalhadores do corte da cana estão cada vez mais dependentes desse emprego precário e temporário. Muitos trabalham na lavoura por não terem outra oportunidade e recebem salários muito baixo, além de possuir despesas como aluguel, alimentação, sobrando pouco para sua sobrevivência.

Como aponta Mendonça (2010), a partir de relatos dos trabalhadores do corte da cana em alguns municípios do estado de São Paulo, é possível perceber a indignação desses trabalhadores para com as usinas que exploram sua mão-de-obra. Eles alegam serem roubados no peso e/ou na qualidade da cana cortada. Como exemplo, uma cana que valeria R\$ 5,00 a usina paga apenas R\$ 3,00 aos trabalhadores.

Além dessa exploração da mão-de-obra, a falta de assistência médica é um fato comum nas usinas. Muitos trabalhadores morrem de exaustão ou em acidente de trabalho sem receber sequer assistência, além de inalar agrotóxicos e a cinza oriunda da queima da cana. Uma forma que algumas usinas encontraram para evitar que os trabalhadores morressem de exaustão foi a distribuição de estimulantes com sais minerais. Essa medida só faz com que esses trabalhadores tenham um melhor condicionamento físico, não solucionando os principais problemas vividos no corte da cana.

O trabalho escravo, ainda que proibido, é comum nas usinas. De acordo com dados da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3.060 ou 51%, foram encontrados no monocultivo da cana-de-açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, ou 48% dos trabalhadores mantidos escravos no país estavam em plantações de cana. De janeiro a junho de 2009, o Ministério do Trabalho registrou libertação de 1.911 trabalhadores nas usinas de cana nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, como aponta Mendonça em seu trabalho *O Monopólio da Terra e a Produção de Agrocombustíveis (2010)*.

Com a mecanização das colheitas de cana em 100% até 2014, em Minas Gerais, muitos trabalhadores poderão ficar sem emprego. Hoje 50% da colheita já é mecanizada no estado. Segundo a Fetaemg, Minas Gerais possui 80 mil trabalhadores no corte da cana e com a mecanização poderá ser eliminado entre 80 e 120 postos de trabalho no campo.

Como forma de minimizar os problemas sociais decorrentes da mecanização, foi criado o Plano Nacional de Qualificação do setor sucroalcooleiro a fim de preparar 25 mil trabalhadores para serem recolocados no setor. Os trabalhadores que participarem do curso serão indicados pelas empresas. Em Minas Gerais, 43 empresas participarão do curso de qualificação, sendo 66% delas localizadas do Triângulo Mineiro. Os municípios onde se encontram essas unidades são: Campo Florido, Conceição das Alagoas, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, João Pinheiro, Monte Belo, Pompéu, Santa Juliana e Serra dos Aimorés.

O projeto, apesar de fundamental, não resolverá todo o problema. Para isso, cabe ao governo criar vagas em outros setores para absorver essa mão-de-obra desempregada.

3.4. Impactos da produção canavieira sobre a produção agrícola familiar: o exemplo do P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho, em Campo Florido - MG

A expansão da monocultura canavieira no estado de Minas Gerais fez ressurgir inquietações que ultrapassam as problemáticas discutidas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, tais como: os impactos da produção de etanol sobre o cultivo de alimentos; a exploração da mão-de-obra nos canaviais; a mecanização do corte da cana em detrimento da oferta de trabalho e a migração de trabalhadores rurais da região Nordeste para municípios da região.

Ao mesmo tempo em que transcende estas problemáticas, a questão agrária encontra-se vinculada a todas elas. A questão agrária refere-se à dinâmica de um conjunto de problemas originados e/ou agravados pelo desenvolvimento da agropecuária e das lutas pela resistência dos trabalhadores rurais. Enfatiza as implicações da modernização das técnicas de produção do campo, que intensificaram o processo de expropriação dos camponeses e trabalhadores rurais viabilizando a permanência da concentração fundiária no Brasil.

Esta definição de questão agrária baseia-se, também, no pressuposto de que a territorialização do capital é um processo que se insere na agricultura, seja por meio do controle do uso da terra pela aquisição ou pelo arrendamento, na contratação de trabalhadores assalariados. Deste modo, o capital realiza a sua produção (PAULINO, 2007).

Ao levar em conta a adoção do arrendamento de lotes no P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho, no município de Campo Florido, é possível visualizar o processo de territorialização do capital sucroalcooleiro envolvendo áreas de agricultura familiar.

Cabe ressaltar que a alternativa de arrendamento de lotes do assentamento visou a assegurar a remuneração dos trabalhadores rurais, visto que sua iniciativa de cultivar alimentos e de comercializá-los não alcançou resultados financeiros positivos que justificassem sua continuação. Já a produção de cana, por meio do arrendamento dos lotes, pode garantir remuneração suficiente para garantir o sustento das famílias no assentamento. Entre os fatores que contribuíram para a configuração deste quadro no assentamento, destacam-se as dificuldades de acesso ao crédito e a ausência de políticas públicas adequadas à reforma agrária, capazes de impulsionar a geração de renda para a agricultura familiar.

Com autorização da Superintendência Regional do INCRA, em meados de 1999, e mediante a realização de assembléia na associação do P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho, foi definida a liberação do arrendamento de terras para o plantio de cana. De fato, o arrendamento de terras destinadas à Reforma Agrária não é permitido, mas por meio da articulação das lideranças da associação do assentamento, arrendatário e INCRA, num período de seis meses, os interessados obtiveram este consentimento. No entanto, esta decisão não teve a aprovação de todas as famílias, já que muitas ainda tentaram resistir à implantação desta cultura, permanecendo com as atividades relacionadas à pecuária para a produção leiteira.

Mesmo que a rentabilidade do sistema não tenha sido a almejada pelos trabalhadores, os R\$ 750,00 mensais, no período de julho de 2008, possibilitaram aos o sustento de suas famílias. O retorno financeiro proveniente do sistema de arrendamento permitiu a algumas famílias uma melhoria em suas condições de vida, pois elas puderam adquirir móveis e até veículos usados, outros puderam reformar suas casas ou mesmo terminar de construí-las. Como este processo foi instituído após a realização de reuniões entre os assentados, ocorreram muitas discussões e debates. Houve também

aqueles grupos de trabalhadores que lutaram contra a implantação do arrendamento, alegando sua inviabilidade e o empobrecimento do solo com o cultivo da cana-de-açúcar.

Entretanto, estes grupos propuseram simplesmente críticas à adesão ao sistema, e ao plano das práticas alternativas, não houve sugestões de outras possibilidades consistentes para a remuneração dos assentados. Posteriormente, estes mesmos trabalhadores também, por carência de alternativas financeiras, aderiram ao processo de arrendamento em seus lotes.

Segundo Ramos (2007), a escolha econômica tomada nos assentamentos, recentemente, afirma que na cultura da cana-de-açúcar tem prevalecido um sistema de arrendamento de áreas por grandes produtores/fornecedores ou por usinas e destilarias, já que a lavoura da cultura exige um significativo número e variedade de capital fixo e equipamentos complementares.

Em linhas gerais, apreende-se que a opção pelo arrendamento tem sido uma alternativa econômica que dá relativa segurança para as famílias assentadas, principalmente se comparado às tentativas de plantio de determinadas culturas (pimenta/algodão) mal-sucedidas em períodos remotos.

Anterior ao processo de arrendamento dos lotes, os principais produtos cultivados pelas famílias no P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho, destacavam-se: a mandioca, a cabotiá, o leite e a pimenta. Além disso, durante a implantação do arrendamento no P.A, as atividades exercidas pelas famílias como alternativa para obtenção de renda também foram a prática da pecuária leiteira, cultivo de mandioca e produção de farinha, pimenta e maracujá. Assim, como no ano de 2007, os trabalhadores tentaram comercializar estes produtos nos municípios próximos - Campo Florido, Uberaba, Boa Sorte. Entretanto, a relação custo de produção e lucratividade não atingiu níveis compensatórios para a manutenção da prática.

Tendo como referência, esse envolvimento de área de reforma agrária pela monocultura da cana, compreende-se que o agronegócio vem incorporando novos (e velhos) territórios da agricultura familiar em seus projetos expansionistas.

Essa questão é prejudicial, visto que a agricultura camponesa representa 38% do valor da produção e gera mais emprego no campo do que o agronegócio. Segundo Frei Sérgio Gorgen, dirigente do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio enquanto para a agricultura camponesa o

valor foi de apenas R\$ 15 bilhões, considerando que 1 hectare da agricultura camponesa teve, em média, uma renda de R\$ 677,00 enquanto que a mesma área do agronegócio teve uma renda de apenas R\$ 368,00. Ele aponta que 70% daquilo que vai para a mesa dos brasileiros são produzidos pelos pequenos agricultores. Não podemos deixar de salientar que essa situação torna-se uma ameaça à soberania alimentar.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba evidencia o agronegócio, como uma das principais atividades econômicas, tanto de abrangência regional quanto nacional, o que induz mais questionamentos sobre a que passos caminham a solução da questão agrária. Esta indagação é louvável, tendo em vista que o agronegócio, agora, bem representado pelo setor agroindustrial canavieiro, baseia-se no latifúndio e cada vez mais, na produção mecanizada.

Em uma leitura sobre o panorama agrário de Minas Gerais, nota-se que o principal meio utilizado pelos trabalhadores rurais para se reintegrarem as suas atividades originais e colocar a Reforma Agrária na agenda política do país, tem sido as ocupações de propriedades improdutivas. Isso porque, tais ações dinamizam os processos de negociações para tomada de medidas mais práticas e, muitas vezes, resultam no estabelecimento dos projetos de assentamentos.

Mesmo tendo se beneficiado deste sistema de arrendamento, os agricultores do P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho reconhecem que a atividade monocultora poderá, inevitavelmente, comprometer a qualidade da produção de futuras culturas, tendo em vista a intensificação do uso de insumos e dos maquinários, que pode “*causar o empobrecimento e compactação da terra.*”

Para um dos membros da associação do assentamento os outros motivos que também desestimularam a redução no número de arrendamentos, fundamentaram-se basicamente: 1) Na existência de um contrato de parceria muito extenso e pouco claro, já que havia cláusulas que mencionavam aos assentados o pagamento pela tonelada de cana, que deveria ser efetivado na esteira da usina Coruripe, fato ocorrido apenas nos dois primeiros anos do processo de arrendamento; 2) Na cobrança do CCT (Corte - Carregamento - Transporte), tendo casos em que o desconto deste processo atingiu valores entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00, uma vez que esse custo era de responsabilidade do arrendatário. Neste sentido, houve um comprometimento da renda do assentado. No final do contrato de arrendamento, alguns assentados não tinham recursos nem para construir cercas em seus lotes; 3) As famílias que arrendaram seus

lotes para a produção de cana refletiram melhor sobre o fato de suas terras ficarem tomadas somente pela cana, impossibilitando a realização de outros cultivos alternativos.

Acresce também que o cultivo da cana causa a degradação e ressecamento do solo e, conseqüentemente, compromete a produção de outras lavouras ou atividades geradoras de renda. Por conseguinte, em função destes problemas, foram reduzidos os números de contratos de arrendamento para a cana, visto que somente 11 famílias realizaram a renovação, 35 famílias não renovaram e 14 famílias mantêm-se vinculadas ao primeiro ciclo da produção de cana-de-açúcar, também referente ao primeiro contrato.

Segundo Guimarães e Souza (2009), as atividades produtivas no P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho pautam-se na continuidade da cultura de cana-de-açúcar que abrange aproximadamente 325 hectares; na formação de pastagens para o rebanho leiteiro; na manutenção de cultivos para subsistência (mandioca, pimenta e horticultura) e na produção de milho e sorgo para alimentação do gado. Em suma, para parte dos assentados, o arrendamento da terra,

Foi benéfico, por que pudemos melhorar de vida, né? A parceria (arrendamento) é nosso meio de continuá na terra. A cana. Tinham gente passando fome aqui e com muita necessidade das coisa, o pior que não gostam quando eu falo isso, mas é a verdade. Mas aí, tivemos a oportunidade da parceria e mandá as cana para Coruripe. Eles ganham também com essa proposta, né? Mas agente tem aquele dinheiro para receber, e não passa falta mais. (D.B.)

Esta redução do número de contrato de arrendamentos deve ser (re) avaliada pelas lideranças do assentamento e pelo INCRA - se a permanência deste sistema em áreas de reforma agrária constitui uma alternativa mais adequada de obtenção de renda pelos assentados e também para a sustentabilidade ambiental. Por outro lado, para o setor sucroalcooleiro, o envolvimento de espaços destinados à reforma agrária no ciclo produtivo da cana pode ser analisado como outra maneira de dominação e controle do capital, posto que,

A presença e expansão da cana nos assentamentos exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das

noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las a partir da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados tem se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações. A mobilização dos assentados e demais agentes que compõem os campos econômicos e político nos assentamentos tem gerado distintas soluções no enfrentamento dos dilemas produtivos e da pressão que as agroindústrias exercem para ampliar as terras sob seu controle econômico. (BARONE; FERRANTE, 2009, p.3).

Ainda, em conformidade com Barone e Ferrante (2009), a avaliação sobre o arrendamento em áreas de Reforma Agrária demonstra a presença de dois padrões de desenvolvimentos conduzidos por lógicas distintas: o primeiro relaciona-se à tendência de homogeneização prevista na ideologia capitalista, ilustrada pela presença de cana no assentamento, justificada pela garantia de renda das famílias e por sua permanência no campo. O segundo padrão remete à tentativa de demonstrar aos governantes e autoridades as possibilidades da diversificação dos cultivos que devem ser consideradas na criação de políticas públicas para o meio rural.

Reafirma-se, portanto, a importância da agricultura familiar manter-se vinculada às práticas que permitam a sua reprodução social, integradas à permanência de sua identidade com a terra e às práticas produtivas tradicionais.

CONSIDERAÇÕES

Embasando-se no conceito de território para viabilizar essa pesquisa, foi possível aprofundar num debate crítico nos estudos sobre os desdobramentos da expansão do capital sucroalcooleiro em novos estados e regiões, com foco para Minas Gerais e para a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Estudando-se o histórico da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, pôde-se compreender o domínio exercido pelas grandes empresas do setor sucroalcooleiro que visam a novos mercados para produzir e reproduzir seu capital. Além disso, as abordagens territoriais permitiram visualizar e abranger a dinâmica dos conflitos de luta pela terra, contra a supremacia do agronegócio no estado de Minas Gerais.

A territorialização do capital sucroalcooleiro instituiu uma ideologia vinculada ao progresso do país, tendo como pano de fundo a questão da preservação ambiental e o discurso da utilização dos agrocombustíveis. Assim, a escolha de combustíveis de fontes de energia renováveis - etanol - originado de produtos agrícolas como a cana-de-

açúcar, tornou-se um argumento favorável à consolidação do setor agroindustrial canavieiro na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. As agroindústrias aproveitam seus privilégios contratuais, assegurados nas parcerias e arrendamento de terras, para se apropriarem de novos territórios: dos donos das terras que investiam anteriormente na pecuária.

No universo da territorialização das agroindústrias canavieiras, há também uma maior incidência de manifestações de luta pela terra, com a representação do campesinato com a presença dos movimentos socioterritoriais. Visivelmente, estes agentes sociais, por meio das manifestações, visam à permanência em seus territórios.

A permanência do modelo agroexportador baseado na monocultura oculta questões estruturais do sistema econômico, tais como: a estabilidade da concentração de terras, a expansão de lavouras de cana-de-açúcar em detrimento as áreas de pastagens e de lavouras tradicionais e as reivindicações dos movimentos socioterritoriais pela Reforma Agrária. Constata-se que o planejamento para o campo deve pautar-se no aproveitamento apropriado das potencialidades da agricultura, uma vez que não há uma política de abordagem territorial efetiva, capaz de abarcar a heterogeneidade no meio rural.

Com o desenvolvimento da pesquisa, iniciou-se uma discussão importante e polêmica acerca da produção de cana-de-açúcar em áreas de reforma agrária, notadamente no P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho, em Campo Florido. Esta circunstância, em que os assentados arrendam seus lotes para a produção canavieira, transgride os propósitos de reforma agrária e de sustentabilidade ambiental. Contudo, estes propósitos poderão ser recuperados com a efetivação de projetos criados tendo como modelo a produção familiar.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, F. e ASSUNÇÃO, M. R. Reestruturação e desregulamentação do complexo sucroalcooleiro: disfunções e propostas de políticas públicas. In: PAULILLO; L.F. ALVES (Org). **Reestruturação agroindustrial: políticas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Ed.UdUFSCar, 2002. p. 109- .151.

BARONE, A.L.; FERRANTE, V.L.S.B. **Dilemas dos assentamentos rurais em São Paulo: Expressões de conflitos e acomodações na produção para o etanol.** . XII Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevídeo. Abr. 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6146_Luis_Antonio_Barone.pdf> Acesso em: 15 Junho de 2009.

CARVALHO, E.R. **Transformações socioterritoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triângulo.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

DIAGNÓSTICOS de Impactos de grandes projetos em direitos humanos – Estudo de caso sobre a cana-de-açúcar (agronegócio/agroecologia) no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais. Coordenador: Frei Rodrigo de Castro Amedée Péret. Uberlândia, 2009.

DIREITOS humanos no Brasil 2009. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** Disponível em: <www.social.org.br>. Acesso em 02 jul. 2010.

FEITOSA, A. M. A. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JR, J. (Org). **Debaixo da lona.** Tendências e desafios regionais da luta pela terra e da Reforma Agrária no Brasil. 1ª ed. Goiânia: Ed. UCG, 2006. 277 p.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 120 p.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2ª ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996. 211 p.

GUIMARÃES, L. C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001).** Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

GUIMARÃES, L.C; SOUZA, M.M.O. **Os impactos da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no PA Nova Santo Inácio Ranchinho.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro/RJ. Jul.2009.

HAESBAERT, R. Da **Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p.271-287

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2010.

MARQUES, M.I.M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MECANIZAÇÃO das colheitas de cana pode deixar trabalhadores sem emprego. **Fetaemg**. 31 mar. 2010. Disponível em: <www.fetaemg.org.br>. Acesso em 31 mar. 2010.

MENDONÇA, M. L. **O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis**. Caros Amigos, abril, p. 20-22. 2010.

MINAS Gerais vai receber 56 novas usinas de álcool até 2013. **Portal Rede Energia**. 02 out. 2008. Disponível em: <<http://redeenergia.org/minas-gerais-vai-receber-56-novas-usinas-de-alcool-ate-2013.html>>. Acesso em 12 jul. 2010.

MINAS ultrapassa Paraná na produção de cana-de-açúcar. **Megaminas**. 13 mar. 2010. Disponível em <www.megaminas.com>. Acesso em: 13 mar. 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1996. 164 p.

_____. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. XII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo. Abr. 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_OLIVEIRA_Arivaldo_Umbelino.doc. Acesso em: 20 de Junho 2010.

PAULILO, L. F.; ALVES, F. (org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Paulo: EDUSFSCar, 2002. 350 p.

PAULINO, E.T. Geografia Agrária e Questão. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p.339-351.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para análise. **Revista Experimental**, n.2, p.11-24, março, 1997.

RAFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.269 p.

RAMOS, P. O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: Uma possibilidade a considerar?. In: **XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural** - Jul. 2006, Fortaleza/CE. Anais da SOBER. Brasília: SOBER, 2006. p. 1-19.

RAMOS, P. **A propriedade fundiária e a agroindústria canavieira no Brasil**. Reforma Agrária, Campinas, v. 3, n. 3, p. 35-52, set/dez. 1991.

SAQUET, M A. **Abordagens e concepções de território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.200 p.

SANTOS. J. C. **Dos Canaviais à “etanolatria”:** o (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2009.p.375. Tese de Doutorado- IGUFU, Uberlândia, 2009.

SOUZA, A.G. **Os novos territórios do etanol: transformações da expansão da cana-de-açúcar em Campo Florido**. 2010. Monografia do Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

SOUZA, A.G; CLEPS JÚNIOR, J. **A expansão do capital sucroalcooleiro e as novas transformações na região do Triângulo Mineiro**. Trabalho apresentado IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia “A questão (da reforma) agrária na América Latina”, – Balanço e Perspectivas. Niterói /RJ de 29 de outubro a 2 de novembro de 2009, UFF. SZMRECSÁNYI, T. J. M. K. ; RAMOS, P.; RAMOS FILHO, L. O. ; VEIGA FILHO, A. A. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. Brasília: **Embrapa Informação Tecnológica**. v. 32, p. 150, 2008.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais: os nós da cana**. 1ª ed. São Paulo: Anablume, 2002. p. 388.

_____. **Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio**. Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. In: IX Jornada do Trabalho 'Dinâmica territorial do trabalho no século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital, 2008, Catalão. CD ROM da IX Jornada do Trabalho. Catalão, 2008. p. 1-26.

_____. Trabalho e territórios em disputas: algumas considerações. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. p.327-352.

UNIÃO da Indústria de cana-de-açúcar – **UNICA**. Disponível em: <www.unica.com.br>. Acesso em 12 jul. 2010.

UNIÃO dos Produtores de Bioenergia – **UDOP**. Disponível em: <www.udop.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2010.

VEIGA FILHO, A. A. et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 24, n. 10, p. 43-52, 1993.